



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

AUTOR: DEPUTADA LUANA RIBEIRO

DATA DE AUTUAÇÃO: 19/11/2020

ASSUNTO: P.L nº. 279/2020

EMENTA: Projeto de Lei Ordinária que dispõe sobre a vacinação em modalidade "drive thru", durante endemia, epidemias ou pandemias, e dá outras providências.

PARECER LEGISLATIVO Nº 006/2021 SPG/PJA/AL

O presente processo, de autoria da Senhora Deputada LUANA RIBEIRO, tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sendo que o relator nomeado, a Senhor Deputado RICARDO AYRES encaminhou os autos à esta especializada para se manifestar orientando os dignos relatores da matéria.

Diante da solicitação, manifestamos da seguinte forma:

Inicialmente, faz-se necessário delinear que a base de análise acerca da constitucionalidade de qualquer projeto de Lei, deve ser realizado sob a ótica formal orgânica e propriamente dita (subjativa e objetiva), bem como sob o aspecto material do projeto proposto.

Pois, bem, o aspecto constitucional formal se subdivide em formal orgânico e formal propriamente dito.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Relativamente a constitucionalidade formal orgânica, a mesmo decorre da competência legislativa para a elaboração do ato.

Desta forma, a Carta Política estabelece competência comum e concorrente para a União, Estados e ao Distrito Federal para legislarem sobre a matéria vergastada no presente projeto de Lei, ora analisado, senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

Assim, evidente a competência legislativa estadual no caso concreto, e por conseguinte, evidente que diante da pandemia que assola todo o mundo, os beneficiados do presente projeto em comento são a parte da população que se encontra mais vulnerável ou na linha de frente no combate ao novo coronavírus.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Pois, bem, superada essa primeira análise do processo legislativo em tela, cumpre expormos sobre a constitucionalidade formal propriamente dita, a qual decorre da observância do devido processo legislativo.

Nesta senda, a mesma se divide em subjetiva (verifica-se na fase de iniciativa) e objetiva (este só pode ser analisado após a finalização do processo legislativo do presente projeto de Lei).

Relativamente a análise subjetiva retro citada, urge destacar o art. 27, da Constituição Estadual do Tocantins, vejamos:

"Art. 27. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Procurador-Geral de Justiça, aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal e nesta Constituição.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

f) criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgão da administração pública."

Portanto, este projeto de lei está se imiscuindo na esfera de competência do Poder Executivo, haja vista que atribui uma atividade à Secretaria de Saúde, pois "institui a vacinação em modalidade drive thru".



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Esta direção, tarefa, atribuição compete ao Poder Executivo, ele é que direciona quais são as atividades das Secretarias, por meio das políticas públicas, e quais serão os meios e métodos aplicados na vacinação.

Desta forma não compete à Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins liberdade para tratar do tema, já que ao adentrar neste tema estaria violando o princípio constitucional de separação de poderes.

Mostra-se dispensada, portanto, a análise de mérito da proposição em face aos vícios constitucionais apontados nesse parecer, que impedem sua regular tramitação para final exame plenário nesta Casa de Leis. Por isso, o Projeto de Lei nº 279/2020 deve ser rejeitado e arquivado pela Comissão de Constituição Justiça e Redação.

É o parecer.

Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2021.


Dr. Angelino Madeira
Subprocurador Geral da Assembleia
Mat. 159